MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

Relatório da Diretoria: Senhores acionistas: Dando cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., os Balanços Patrimoniais, levantados em 31/12/2013 e 31/12/2012, bem como as Demonstrações de Resultados, Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa, os quais se acham acompanhados do parecer de Auditoria. Em função da publicação e adoção a MP 627 que entre outras providências, revoga o regime tributário de transição (RTT), a Minas Arena efetuou análise dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. Colocamo-nos à disposição dos Prezados Acionistas para os esclarecimentos que fizerem necessários. Belo Horizonte, 30 de abril de 2014. **A Diretoria.**

Balanços patrimoniais - Para o período findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

	Nota	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)
Ativo				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.073	6.079	1.633
Ativo financeiro de concessão	5	131.194	109.225	
Contas a receber de clientes	6	4.842		
Adiantamentos a fornecedores		77	377	
Impostos e contribuições a recuperar	7	13.211	961	480
Partes relacionadas	13			27.436
Estoques		217		
Prêmios de seguro a vencer		47		
Outras contas a receber		569		23
		151.230	116.642	29.572
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Ativo financeiro de concessão	5	664.907	689.323	269.177
Imobilizado	8	4.186	1.139	110
Intangível	9	40.141		
		709.234	690.462	269.287
Total do ativo		**860.464**	**807.104**	**298.859**

	Nota	31/12/2013	31/12/2012 (Reapresentado)	01/01/2012 (Reapresentado)
Passivo				
Circulante				
Fornecedores	10	7.394	32.549	1.512
Empréstimos e financiamentos	11	103.016	108.537	73.894
Obrigações e encargos trabalhistas		1.192	306	80
Impostos e contribuições a recolher		3.088	1.503	172
Outras obrigações a pagar		3.153	4.385	424
		117.843	147.280	76.082
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	11	393.735	390.000	80.913
Partes relacionadas	13	13	14.580	43.242
Tributos diferidos	12	12.936	12.054	13.891
Provisão para contingencias		27		
		406.711	416.634	138.046
Patrimônio líquido	14			
Capital social		246.405	192.000	55.500
Reservas de lucros		89.505	51.190	29.231
		335.910	243.190	84.731
Total do passivo e patrimônio líquido		**860.464**	**807. 104**	**298.859**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Para o período findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de lucros - Reserva legal	Reserva de lucros - Reserva estatutária	Reserva de lucros - Reserva de subvenção	Lucros acumulados	Total
Em 1º de janeiro de 2012	55.500	1.408	26.757			83.665
Ajuste (Nota 2.14)					1.066	1.066
Saldo de abertura ajustado	55.500	1.408	26.757		1.066	84.731
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício (reapresentado)					21.959	21.959
Total do resultado abrangente do exercício (reapresentado)					21.959	21.959
Contribuição dos acionistas						
Aumento de capital	136.500					136.500
Transferência entre reservas			(164)		164	
Em 31 de dezembro de 2012 (reapresentado)	**192.000**	**1.408**	**26.593**		**23.189**	**243.190**
Resultado abrangente do exercício						
Lucro líquido do exercício					38.315	38.315
Total do resultado abrangente do exercício					38.315	38.315
Contribuição dos acionistas						
Aumento de capital	54.405					54.405
Constituição da reserva legal		1.916			(1.916)	
Transferência entre reservas		-		59.588	(59.588)	
Em 31 de dezembro de 2013	**246.405**	**3.324**	**26.593**	**59.588**		**335.910**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado
Para o período findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

	Nota	2013	2012 (Reapresentado)
Receita	15	155.505	529.885
Custos dos serviços prestados	16	(64.178)	(484.067)
Lucro bruto		91.327	45.818
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas gerais e administrativas	16	(14.959)	(3.335)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	16	29	205
		(14.930)	(3.130)
Lucro operacional		76.397	42.688
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	17	4.548	2.040
Despesas financeiras	17	(41.994)	(24.092)
		(37.446)	(22.052)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		38.951	20.636
Imposto de renda e contribuição social	18	(636)	1.323
Lucro líquido do exercício		38.315	21.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do resultado abrangente
Para o período findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

	2013	2012 (Reapresentado)
Lucro líquido do exercício	38.315	21.959
Total do resultado abrangente do exercício	38.315	21.959

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração dos fluxos de caixa
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (Em milhares de reais)

	2013	2012 (Reapresentado)
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	38.951	20.636
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação e amortização	1.505	23
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	38.185	23.084
Receita financeira sobre ativo financeiro de concessão	(84.307)	(50.862)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	469	
Provisão para contingências	27	
Provisão para tributos diferidos	246	(514)
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Ativo financeiro de concessão	86.754	(478.509)
Contas a receber de clientes	(5.311)	
Adiantamentos a fornecedores	300	(377)
Impostos e contribuições a recuperar	(12.250)	(481)
Partes relacionadas		27.436
Estoques	(217)	
Outras contas a receber	(616)	23
Fornecedores	(25.155)	31.037
Obrigações e encargos trabalhistas	886	226
Impostos e contribuições a recolher	1.585	1.331
Outras obrigações a pagar	(1.232)	3.961
Caixa aplicado nas operacionais	**39.820**	**(422.986)**
Juros pagos	(40.268)	(15.460)
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais	**(448)**	**(438.446)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Compras de imobilizado	(3.466)	(1.052)
Compras de intangível	(41.227)	
Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades de investimento	**(44.693)**	**(1.052)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	144.497	410.000
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(144.200)	(73.894)
Integralização de capital	39.838	
Adiantamento para futuro aumento de capital		107.838
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	**40.135**	**443.944**
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(5.006)	4.446
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	6.079	1.633
No final do exercício	1.073	6.079
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	(5.006)	4.446

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

1 Informações gerais - A Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. ("Minas Arena" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida Antonio Abrahão Caram, 1001 – Pampulha, Belo Horizonte, MG. A Companhia foi constituída em 13 de dezembro de 2010 com o objeto social específico e exclusivo a operação e manutenção do Estádio Governador Magalhães Pinto ("Estádio" ou "Mineirão") e as áreas conexas ao Estádio, precedidas de obras de reforma, renovação e adequação, podendo ainda explorar fontes de receitas complementares, acessórias ou de projetos associados, conforme edital de licitação concorrência nº 02/2010-SEPLAG/MG, publicado pelo Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG, e nos termos do contrato de concessão administrativa (contrato de concessão). A Companhia é controlada em conjunto pela Construcap CCPS - Engenharia e Comércio S.A., pela Egesa Engenharia S.A. e Hap Engenharia Ltda. **Contrato de Concessão -** O Contrato de Parceria Público Privado ("PPP"), na modalidade de concessão administrativa para reforma e operação do Mineirão, foi firmado em 21 de dezembro de 2010, entre o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão - SEPLAG (Poder Concedente) e a Minas Arena - Gestão de Instalações Esportivas S.A. (concessionário). O prazo de concessão é de 27 anos. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012. A referida concessão tem por finalidade permitir ao concessionário recuperar o investimento feito na reforma do Mineirão, não coberto totalmente pela contraprestação pública. Consequentemente, a concessionária explora economicamente o estádio e os bens móveis e imóveis que o integram. A referida obra preenche os requisitos impostos pela FIFA e pelo Comitê Organizador da Copa do Mundo de 2014 para receber tanto as partidas da Copa do Mundo de 2014 quanto a Olimpíada de 2016. Em 2013 o Mineirão recebeu a Copa das Confederações. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração, em 30 de abril de 2014.

2 Resumo das principais políticas contábeis - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição contrário. **2.1 Base de preparação -** As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e , ativos e passivos financeiros inicialmente mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Não há novos pronunciamentos ou interpretações de CPC vigentes a partir de 2013 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação -** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em R$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação. **2.3 Caixa e equivalentes de caixa -** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. No caso de utilização de contas garantidas, o saldo apresentado líquido na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas, quando existentes, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos e financiamentos", no passivo circulante. **2.4 Instrumentos financeiros - 2.4.1 Ativos financeiros - classificação -** A Companhia classifica seus ativos financeiros, no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. Nos exercícios apresentados, a Companhia não possuia ativos financeiros classificados como disponíveis para venda e mantidos até o vencimento. **(a) Empréstimos e recebíveis -** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (exceto aplicações financeiras) , "Ativos financeiros de concessão" , "Contas a receber de clientes" e "Outras contas a receber". O "Ativo financeiro de concessão" refere-se a valores a receber decorrentes do contrato de concessão firmado com o Estado de Minas Gerais (Nota 1), pelas obras de reforma, renovação e adequação do Estádio e foi apurado com base na aplicação da interpretação técnica ICPC 01 – "Contrato de Concessão" e encontra-se registrado a valor presente. **(b) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado -** Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. **2.4.2 Ativos financeiros - reconhecimento e mensuração -** As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentadas na demonstração do resultado no resultado financeiro no período em que ocorrem. **2.4.3 Compensação de instrumentos financeiros -** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.4 *Impairment* de ativos financeiros - Ativos mensurados ao custo amortizado -** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor. (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por impairment diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. **2.4.5 Passivos financeiros - classificação -** Passivos financeiros são classificados como mensurados pelo valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros (custo amortizado), conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: "Fornecedores" e "Empréstimos e financiamentos". **2.5 Contas a receber de clientes -** As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante. As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PDD" ou *impairment*). **2.6 Imobilizado -** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. A depreciação é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Equipamentos em geral	10
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	4

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso. **2.7 Ativos intangíveis -** São registrados como ativos intangíveis as benfeitorias nos bens de terceiros realizadas após a conclusão das obras do Mineirão e que poderão vir a ser reversíveis ao poder concedente no final do contrato. Os ativos intangíveis são amortizados pelo prazo de duração do contrato de concessão firmado entre a Minas Arena e o Poder Concedente. **2.8 *Impairment* de ativos não financeiros -** Os ativos que têm uma vida útil indefinida não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGCs)). Os ativos não financeiros que tenham sido ajustado por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. **2.9 Fornecedores -** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano . Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.10 Empréstimos e financiamentos -** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos e financiamentos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos e financiamentos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.11 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido -** O imposto de renda e a contribuição social são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240, para imposto de renda, e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social, e consideram a compensação de eventuais prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável apurado em cada exercício. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal. **2.12 Reconhecimento da receita -** A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos incidentes. A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia, conforme descrição a seguir: **(a) Receita de construção -** A receita de construção foi reconhecida considerando os gastos incorridos pela Companhia na formação da infraestrutura e a respectiva margem de lucro, determinada com base nos correspondentes custos de envolvimento da Companhia na formação do seu ativo financeiro. A receita de construção foi determinada e reconhecida de acordo com o pronunciamento técnico CPC 17 "Contratos de Construção", segundo o método de Porcentagem de Conclusão (POC), mediante incorporação da margem de lucro aos respectivos custos incorridos no mês de competência. Este método foi aplicado durante os anos de 2011 e 2012, período das obras de reforma, renovação e adequação do Mineirão. As obras de construção foram concluídas em 21 de dezembro de 2012. **(b) Receita de serviços -** A receita de prestação de serviços relacionados a operação e exploração do Mineirão, como a realizacão de eventos, atividades esportivas (jogos de futebol), cessão de uso do espaço (shows), serviços de veiculação de publicidade nos telões localizados no estádio e outras decorrentes da exploração das fontes de receita do Estádio é reconhecida no período em que os serviços são prestados, utilizando o regime de competência. **(c) Receita financeira -** A receita financeira decorrente do ativo financeiro é reconhecida pelo método linear com base no tempo e taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva foi apurada com base no fluxo de caixa descontado considerando os desembolsos efetuados para execução das obras de reforma, renovação e adequação do Mineirão e os recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de concessão. **2.13 Distribuição de dividendos -** A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. **2.14 Reapresentação das cifras comparativas -** A Companhia revisou os procedimentos de reconhecimento do ativo financeiro, de determinados tributos diferidos e de outros ativos e passivos e decidiu por alterar o procedimento. Os principais ajustes efetuados e os impactos sobre as demonstrações financeiras dos exercícios apresentados estão demonstrados a seguir: **(a) Revisão do cálculo do "Ativo financeiro de concessão"**: • em 31 de dezembro de 2012: redução no saldo do "Ativo financeiro de concessão" no montante de R$ 11.966 sendo R$ 17.103 (a crédito) do ativo circulante e R$ 5.137 (a débito) do ativo não circulante. O ajuste do resultado de 2012 foi R$ 3.059 a débito de "Receitas". • em 1º. de janeiro de 2012: redução no saldo do "Ativo financeiro de concessão" no montante de R$ 8.907 (ativo não circulante). **(b) Revisão dos procedimentos de reconhecimento de tributos diferidos** - • em 31 de dezembro de 2012: redução do saldo de "Tributos diferidos" (passivo não circulante) no montante de R$ 29.192. No resultado de 2012 o ajuste foi de R$ 17.980 a crédito de "Receitas" e de R$ 1.239 a crédito de "Imposto de renda e contribuição social". • em 1º. de janeiro de 2012: redução no saldo de "Tributos diferidos" (passivo não circulante no montante de R$ 9.973). **(c) Reconhecimento de outros ativos e passivos -** • em 31 de dezembro de 2012: adição de imobilizado no montante de R$ 502, inicialmente reconhecida como "Custo dos serviços prestados", e R$ 5.461 referentes a "Fornecedores" da obra não baixados tendo sido reconhecidos em duplicidade quando do pagamento no "Custo dos serviços prestados".

(a) Balanço patrimonial — **31/12/2012**

Ativo	Original	Ajuste	Reapresentado
Circulante			
Ativo financeiro de concessão (a)	126.328	(17.103)	109.225
Demais contas do ativo circulante	7.417		7.417
	133.745	(17.103)	116.642
Não circulante			
Ativo financeiro de concessão (a)	684.186	5.137	689.323
Imobilizado (c)	637	502	1.139
	684.823	5.639	690.462
Total do ativo	**818.568**	**(11.464)**	**807.104**
Passivo e patrimônio líquido			
Circulante			
Fornecedores (c)	38.010	(5.461)	32.549
Demais contas do passivo circulante	114.731		114.731
	152.741	**(5.461)**	**147.280**
Não circulante			
Tributos diferidos (b)	41.246	(29.192)	12.054
Demais contas do passivo não circulante	404.580		404.580
	445.826	**(29.192)**	**416.634**
Patrimônio líquido			
Capital social	192.000		192.000
Reserva de lucros (a) (b) (c)	28.001	23.189	51.190
	220.001	23.189	243.190
Total do passivo e patrimônio líquido	**818.568**	**(11.464)**	**807.104**

01/01/ 2012

Ativo	Original	Ajuste	Reapresentado
Circulante	29.572		29.572
Não circulante			
Ativo financeiro de concessão (a)	278.084	(8.907)	269.177
Demais contas do ativo não circulante	110		110
	278.194	(8.907)	269.287
Total do ativo	**307.766**	**(8.907)**	**298.859**

MINAS ARENA - GESTÃO DE INSTALAÇÕES ESPORTIVAS S.A.

CNPJ nº 13.012.956/0001-55

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

			01/01/ 2012
Passivo e patrimônio líquido	**Original**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Circulante	76.082		76.082
Não circulante			
Tributos diferidos (b)	23.864	(9.973)	13.891
Demais contas do passivo não circulante	124.155	-	124.155
	148.019	(9.973)	138.046
Patrimônio líquido			
Capital social	55.500		55.500
Reservas de lucros (a) (b)	28.165	1.066	29.231
	83.665	1.066	84.731
Total do passivo e patrimônio líquido	**307.766**	**(8.907)**	**298.859**

			2012
(b) Demonstração do resultado	**Original**	**Ajuste**	**Reapresentado**
Resultado			
Receita (a) e (b)	514.964	14.921	529.885
Custo dos serviços prestados (c)	(490.030)	5.963	(484.067)
Lucro bruto	**24.934**	**20.884**	**45.818**
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	(3.179)	(156)	(3.335)
Tributárias	(156)	156	
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	205		205
Lucro operacional	**21.804**	**20.884**	**42.688**
Resultado financeiro	(22.052)		(22.052)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	**(248)**	**20.884**	**20.636**
Imposto de renda e contribuição social (b)	84	1.239	1.323
Lucro líquido do exercício	**(164)**	**22.123**	**21.959**

			2012
(c) Demonstração dos fluxos de caixa	**Original**	**Ajuste**	**Ajustado**
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais (c)	(438.948)	502	(438.446)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento (c)	(550)	(502)	(1.052)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos	443.944		443.944
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	**4.446**		**4.446**

2.15 Normas novas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor - Não foram emitidas novas normas e interpretações de normas que ainda não estão em vigor que possam ter impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos - As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **(a) Receita de construção -** A Companhia usou nos exercícios de 2011 e 2012 o método de Porcentagem de Conclusão (POC) para contabilizar os gastos incorridos na formação da infraestrutura (obras de reforma, renovação e adequação) do Mineirão. O uso do método POC requer que a Companhia estime o estágio de execução do contrato até a data-base do balanço como uma proporção entre os custos incorridos com os serviços até então executados e o total dos custos orçados de cada contrato. Aos referidos custos foi incorporada uma margem de lucro apurada pela administração da Companhia. **(b) Ativo financeiro de concessão -** A Companhia reconheceu o "Ativo financeiro de concessão" com base em fluxo de caixa descontado que considera os desembolsos feitos na construção do Estádio e os valores estimados a receber do Poder Concedente relativos ao ressarcimento desses investimentos, conforme previsão contratual. A Taxa Interna de Retorno (TIR) foi apurada pelo fluxo de desembolsos (custo da construção) e entradas estimadas . A TIR apurada será aplicada sobre o valor presente do "Ativo financeiro de concessão" para reconhecimento da receita financeira sobre o referido ativo. Na projeção das parcelas futuras a receber do Poder Concedente, foram utilizados os critérios previstos contratualmente (TJLP e IPCA, conforme aplicável a cada parcela). A estimativa futura desses índices foi efetuada com base em informações de mercado na data do balanço.

4 Caixa e equivalentes de caixa	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Caixa e bancos	1.073	5	56
Aplicações financeiras (a)		6.074	1.577
	1.073	**6.079**	**1.633**

(a) As aplicações financeiras são substancialmente compostas por aplicações em renda fixa, indexadas à variação entre 85% e 100% do Certificado de Depósito Interfinanceiro (CDI), com vencimentos originais em prazos inferiores a 90 dias.

5 Ativo financeiro de concessão - Refere-se à parcela de valores a receber decorrentes do contrato de parceria público privado firmado com o Estado de Minas Gerais, por intermédio da Secretaria de Planejamento e Gestão (SEPLAG) (Nota 1). Trata-se de um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente pelas obras de reforma, renovação e adequação do Estádio:

	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Circulante			
Ativo financeiro a faturar	120.251	109.225	
Ativo financeiro faturado	10.943		
	131.194	109.225	
Não circulante			
Ativo financeiro a faturar	664.907	689.323	269.177
	796.101	798.548	269.177

O recebimento das contraprestações ocorrerá em 120 parcelas para a parcela pecuniária mensal (Pa) e 300 parcelas complementares mensais (Pb). O recebimento do ativo financeiro de concessão teve início em janeiro de 2013 e está de acordo com o previsto no contrato de concessão.

Movimentação do ativo financeiro de concessão	**31/12/2013**	**31/12/2012**
Saldo inicial	798.548	269.177
Receita financeira	84.307	50.862
Receita de construção		478.509
Recebimentos	**(86.754)**	
	796.101	**798.548**

6. Contas a receber de clientes	**31/12/2013**
Contas a receber de cliente	5.311
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(469)
	4.842

Correspondem aos valores a receber pela exploração das fontes de receita do Estádio.

7. Impostos e contribuições a recuperar	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
PIS a recuperar	2.484		
COFINS a recuperar	7.558	6	
IRRF	3.010	442	480
Outros	159	513	
	13.211	**961**	**480**

8 Ativo imobilizado

Custo	**Taxa anual depreciação**	**01/01/2012**	**31/12/2012**	**Adições**	**31/12/2013**
Equipamentos em geral		100	630	1.762	2.392
Móveis e utensílios		19	360	1.232	1.592
Instalações			131	117	248
Equipamentos de informática			50	271	321
Veículos				47	47
Outras				37	37
		119	**1.171**	**3.466**	**4.637**
Depreciação acumulada					
Equipamentos em geral	10%	(7)	(20)	(186)	(206)
Móveis e utensílios	10%	(2)	(7)	(166)	(173)
Instalações	10%		(5)	(16)	(21)
Equipamentos de informática	20%			(45)	(45)
Veículos	25%			(6)	(6)
		(9)	**(32)**	**(419)**	**(451)**
Imobilizado líquido		**110**	**1.139**	**3.047**	**4.186**

9 Ativo intangível	**Taxa anual amortização**	**31/12/2012**	**Adições**	**31/12/2013**
Custo				
Softwares			184	184
Benfeitorias em imóveis de terceiros			41.043	41.043
			41.227	**41.227**
Amortização acumulada				
Softwares	20%		(24)	(24)
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4%		(1.062)	(1.062)
			(1.086)	**(1.086)**
Intangível líquido			**40.141**	**40.141**

10 Fornecedores	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Fornecedores de materiais	7.334	3.718	179
Fornecedores de serviços		6.144	1.333
Outras fornecedores	60		
Medições a faturar		25.687	
	7.394	**32.549**	**1.512**

11 Empréstimos e financiamentos	**Encargos**	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Crédito industrial - BNDES	TJLP + 2,34% a.a.	406.106	396.031	80.913
Banco Votorantim	CDI + 2,00% a.a.	56.148	102.506	
Banco Votorantim	CDI + 3,25% a.a.			73.894
Banco Itaú	CDI + 3,79% a.a.	10.000		
Banco Bradesco	CDI + 3,54% a.a.	24.497		
		496.751	**498.537**	**154.807**
	Circulante	103.016	108.537	73.894
	Não circulante	**393.735**	**390.000**	**80.913**
		496.751	**498.537**	**154.807**

Garantias: Os empréstimos e financiamentos estão garantidos substancialmente por: • Direito de recebimento da integralidade da receita da beneficiária. • Todos os demais direitos da beneficiária emergentes sob contrato de PPP. • Totalidade dos direitos creditórios, presentes ou futuros, detidos pela beneficiária. **Escalonamento dos empréstimos e financiamentos -** Os montantes registrados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**
2014	6.108	1.267	
2015	37.606	36.649	7.603
2016 e acima	356.129	347.243	72.043
	393.735	**390.000**	**80.913**

Cláusulas restritivas: Os contratos de empréstimos e financiamentos contêm cláusulas restritivas que impedem alteração de controle societário e incidência de ações judiciais envolvendo a Companhia, sujeito à antecipação dos contratos. Ademais, há restrição na distribuição de dividendos. A Companhia não possui contratos de empréstimos e financiamentos que possuam cláusulas restritivas que estabeleçam obrigações quanto à manutenção de índices financeiros sobre as operações contratadas cujo descumprimento torne automaticamente exigível o pagamento da dívida.

12 Tributos diferidos

	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Imposto de renda	6.850	6.382	7.355
Contribuição social	2.466	2.298	2.648
	9.316	8.680	10.003
PIS	962	602	694
COFINS	2.658	2.772	3.194
	3.620	3.374	3.888
	12.936	**12.054**	**13.891**

Os impostos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros, atribuíveis às diferenças temporárias e sobre os prejuízos fiscais. As diferenças temporárias são decorrentes da aplicação do CPC 17 - Contrato de Construção e ICPC 01 - Contrato de Concessão. Em 2013 aplicamos somente o ICPC 01, tendo em vista o término da obra em 2012.

13 Partes relacionadas - 13.1 Saldos patrimoniais: (a) Ativo circulante - O saldo de R$ 27.436 refere-se a adiantamento efetuado ao Consórcio Nova Arena, constituído pelos acionistas da Minas Arena para execução das obras de reforma, renovação e adequação do Estádio. **(b) Passivo não circulante**

Adiantamento para futuro aumento de capital	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	10	8.016	23.792
Egesa Engenharia S.A.	3	4.376	12.967
Hap Engenharia Ltda.		2.188	6.483
	13	**14.580**	**43.242**

13.2 Resultado	**2012**
Custo dos serviços prestados	
Consórcio Nova Arena	**244.025**
	244.025

As operações são originárias da prestação de serviços de construção do Estádio com base em valores contratuais. O consórcio foi constituído pelos acionistas da Companhia na mesma proporção de participação no Minas Arena. **13.3 Remuneração da administração -** A remuneração da administração está registrada no grupo de despesas administrativas e totaliza R$ 821 em 2013 (2012 – R$ 735).

14 Patrimônio líquido - (a) Capital social - Capital autorizado - A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$ 250.000 mediante deliberação do Conselho de Administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações preferenciais e ordinárias a serem emitidas e preço de emissão. **Capital integralizado -** O capital integralizado da Companhia é de R$246.405 (2012 – R$ 192.000) representado pelo valor nominal de R$ 30,00 cada, tendo sido integralizadas até 31 de dezembro de 2013, o total de 8.214 mil ações (2012 - 6.400 mil). Estas ações foram integralizadas na proporção, conforme tabela a seguir:

Capital social em ações (quantidade de ações)	**Em milhares**		
	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Construcap CCPS Engenharia e Comércio. S.A.	4.830	3.520	1.018
Egesa Engenharia S.A.	1.993	1.920	555
Hap Engenharia Ltda.	1.390	960	277
	8.214	**6.400**	**1.850**

Capital social em R$ mil	**31/12/2013**	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Construcap CCPS Engenharia e Comércio S.A.	144.912	105.600	30.525
Egesa Engenharia S.A.	61.971	57.600	16.650
Hap Engenharia Ltda.	39.522	28.800	8.325
	246.405	**192.000**	**55.500**

(b) Reserva legal: A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar capital. **(c) Reserva estatutária:** O lucro líquido apurado no exercício, após a destinação à reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva legal, na forma de lei, poderá ser destinado à reserva para contingências, à retenção de lucros previstos em orçamento de capital aprovado pela Assembleia Geral de acionistas ou à reserva de lucros a realizar. **(d) Reserva de subvenção:** Reserva de retenção dos valores relacionados aos aportes do Poder Público para as obras de reforma, renovação e adequação do Estádio constituída nos termos da lei aplicável. **(e) Dividendos:** A Companhia distribuirá, no mínimo, um dividendo obrigatório de 5% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6404/76.

	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	38.315
Constituição da reserva legal	(1.916)
Transferência para reserva de subvenção	(36.399)
Base de cálculo para os dividendos mínimos	

15 Receita		
A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:	**2013**	**2012**
Receita de construção (a)		478.508
Receita de operação (b)	93.110	
Atualização do ativo financeiro (c)	79.884	50.863
Impostos e contribuições	(17.489)	514
	155.505	529.885

(a) Refere-se as obras de reforma, renovação e adequação do Estádio conforme definido no contrato de concessão. A receita de construção foi projetada com base nos investimentos realizados. (b) A receita de operação reflete os valores arrecadados a título de parcelas pecuniárias previstas no contrato de concessão, bem como a venda de ingressos para partidas de futebol, a realização de eventos comerciais, aluguel de áreas e instalações e exploração de outras fontes de receita do Estádio. (c) Refere-se a atualização do ativo financeiro de concessão com base na aplicação da taxa de retorno estimada sobre o saldo em aberto do ativo financeiro.

16 Custos e despesas por natureza	**2013**	**2012**
Custos de construção		(484.067)
Pessoal	(10.833)	(2.951)
Serviços públicos	(3.316)	
Despesa com manutenção	(8.733)	
Serviços de terceiros	(20.452)	(3)
Despesas com aluguel de equipamentos	(26.238)	
Fidelização	(2.000)	
Materiais	(1.289)	
Taxas	(736)	
Depreciação e amortização	(1.487)	
Propaganda e publicidade	(519)	
Despesas tributárias	(124)	(156)
Outros	(3.381)	(20)
	(79.108)	**(487.197)**

	2013	**2012**
Custos dos serviços prestados	(64.178)	(484.067)
Despesas gerais e administrativas	(14.959)	(3.335)
Outras receitas e (despesas) operacionais, líquidas	29	205
	(79.108)	**(487.197)**

17 Resultado financeiro	**2013**	**2012**
Receita financeira		
Juros sobre aplicação financeira	79	1.999
Juros de mora e descontos obtidos	46	41
Variação monetária ativa	4.423	
	4.548	**2.040**
Despesa Financeira		
Despesas e comissões bancárias	(530)	(814)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(38.802)	(23.083)
Juros de mora	(1.313)	(194)
Outras despesas financeiras	(1.349)	(1)
	(41.994)	(24.092)
Resultado financeiro	**(37.446)**	**(22.052)**

18 Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 12)

	31/12/2013	**31/12/2012**	**01/01/2012**
Ativo			
Prejuízo fiscal e base negativa	4.263	3.720	4.287
	4.263	**3.720**	**4.287**
Passivo			
Margem de construção	11.769	12.400	14.290
Diferimento da margem de remuneração	1.810		
	13.579	**12.400**	**14.290**
IR/CS diferido passivo, líquido	**9.316**	**8.680**	**10.003**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. **(b) Reconciliação do resultado de imposto de renda e da contribuição social -** A reconciliação entre o resultado de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	2013	**2012**
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	38.951	20.636
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda contribuição social à alíquota nominal	(13.243)	(7.016)
Exclusões permanentes	38.161	17.293
Adições permanentes	(1.239)	
IR/CS sobre adições temporárias não constituídos	(169)	
IR/CS sobre prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	(24.146)	(8.954)
Encargo fiscal	**(636)**	**1.323**

19 Gestão de risco financeiro - 19.1 Fatores de risco financeiro - As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia busca minimizar potenciais efeitos adversos no seu desempenho financeiro. A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Conselho de Administração. A tesouraria identifica, avalia e protege a Companhia contra eventuais riscos financeiros. O Conselho de Administração estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco de taxa de juros, risco de crédito e investimento de excedentes de caixa. **Risco de mercado -** Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros. A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros. O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos e financiamentos de longo prazo. Os empréstimos e financiamentos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos e financiamentos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Durante 2013 e 2012, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais. **Risco de crédito -** O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de depósitos em bancos bem como de exposições de crédito a clientes. A administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência superior ao valor já provisionado. **Risco de liquidez -** A previsão de fluxo de caixa é realizada pela tesouraria, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez para assegurar que ele tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias legais. O excesso de caixa, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas. **19.2 Gestão de capital -** Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. **19.3 Estimativa de valor justo -** Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos.

20 Seguros - A Companhia mantém cobertura de seguros em montante considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades.

21 Avaliação dos impactos da Medida Provisória 627 - No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) inclui tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) inclui disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio, dentre outros. As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP. A Companhia elaborou estudo dos possíveis efeitos que poderiam advir da aplicação dessa nova norma e concluiu que a sua adoção antecipada, ou não, resultaria em ajustes não relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia. A referida MP já passou pelo Congresso Nacional e aguarda sanção e eventuais vetos da Presidente da República.

Conselho de Administração

Roberto R. Capobianco – Presidente do Conselho
José Geraldo Mendes – Conselheiro
Roberto G. Nelson de Senna – Conselheiro

Diretoria Executiva

Sergio Guimarães Gomes
Lawrence Roy Magrath

Contadora:

Gleice de Cássia Barbosa - CRC/MG 070094/O-3

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras da Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. (a "Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras - A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou por erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Minas Arena Gestão de Instalações Esportivas S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos - Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior: O exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas originalmente antes dos ajustes descritos na Nota 2.14, foi conduzido sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria, com data de 30 de abril de 2013, com ressalva relacionada ao reconhecimento de receita fora do período de competência e ênfase pela não emissão do certificado de conclusão das obras pelo Poder Concedente. Como parte de nosso exame das demonstrações financeiras de 2013, examinamos também os ajustes descritos na Nota 2.14 que foram efetuados para alterar as demonstrações financeiras de 2012, apresentadas para fins de comparação. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram corretamente efetuados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício de 2012 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguração sobre as demonstrações financeiras de 2012 tomadas em conjunto. Belo Horizonte, 30 de abril de 2014.

pwc

PricewaterhouseCoopers
AuditoresIndependentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" MG

Guilherme Campos e Silva
Contador CRC 1SP218254/O-1 "S" MG